

## CONTRA AS POLÍTICAS DE DESMONTE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*"É preciso ter esperança, mas ter  
esperança do verbo esperar;  
porque tem gente que tem  
esperança do verbo esperar.  
E esperança do verbo esperar  
não é esperança, é espera.*

— Paulo Freire

Vivemos tempos de incertezas. Desde o início da atual gestão do governo federal sabíamos que liderava o Brasil um grupo com projeto de intensificação de políticas de austeridade. Com as políticas já existentes, como a Emenda Constitucional 95, e as prioridades que estão no horizonte do projeto conservador que governa o país, os últimos anos têm sido de cortes e desmontes sucessivos nas diversas áreas, sobretudo naquelas essenciais à construção de um país soberano.

No último mês, os ataques à educação superior se tornaram mais evidentes. Listamos aqui três ações que dão clareza ao programa de destruição que vem se intensificando.

1. Na última semana de maio, foi divulgado um corte de 14,5% do orçamento do Ministério da Educação em recursos discricionários que incluem despesas com funcionamento, obras, terceirização, contratação de serviços, assistência estudantil, entre outros. Após a reação das universidades e sociedade organizada, o Ministro da Educação (MEC) foi a público anunciar a redução do corte para 7,2% com as seguintes palavras: "Uma notícia importantíssima para a educação. Agradeço ao presidente Bolsonaro e à equipe econômica do governo federal pela medida". As universidades públicas, ponta de lança da produção científica nacional e essenciais no combate à pandemia da COVID-19, recebem agora do MEC mais essa restrição orçamentária. Impacto que pode recair sobretudo sobre a assistência estudantil que viabiliza a permanência dos estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis.
2. Outra demonstração dos ataques à educação superior brasileira foi o recente retorno ao centro do debate do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 206/2019, de cobrança de mensalidade nas universidades públicas. A proposta é justificada com dados equivocados de que as vagas das universidades

públicas estariam ocupadas pela camada mais abastada da sociedade, mas não leva em conta o impacto que as cotas tiveram no cenário brasileiro na última década, uma vez que 70,2% dos estudantes das universidades federais possuem renda mensal familiar per capita de um salário mínimo e meio no ano de 2018, segundo pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Mais uma solução distorcida para falsos problemas.

3. Por último, vale demonstrar que mesmo as propostas que possam aparentar alguma razoabilidade, como a da Medida Provisória 1.090/2021, têm disfarçadas tentativas de precarização do ensino. A MP 1.090/2021 (ou MP do FIES) tenta diminuir o impacto do endividamento estudantil, permitindo o abatimento de até 99% das dívidas contraídas advindas do financiamento do ensino superior. Contudo, na tramitação na Câmara dos Deputados foi incluída a possibilidade de que o MEC faça avaliação dos cursos superiores de forma on-line ou até por "autoavaliação". A Medida Provisória, então, tramita como Projeto de Lei de Conversão 12/2022 e já está para sanção do presidente, alterando a Lei 10.861/2014, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esses são apenas alguns dos retrocessos que caminham de maneira veloz neste ano eleitoral. A Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), que nos seus 60 anos de história defendeu e defende a educação superior de qualidade, se mantém atenta aos movimentos da política brasileira e denuncia os desmontes da educação, que já não são medidas isoladas e fazem parte de uma política de destruição do país.

Brasília, 9 de junho de 2022.

Conselho Diretor  
Associação Brasileira de Educação Médica